

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal da Sordeli

Class.: Diritos Indígenas

Data: 16 de agosto de 1991

Pg.: DINR 0190

Índios

Mauro Santayana

Devemos negar aos índios o direito à civilização? É uma pergunta que convém ser colocada quando o debate sobre a preservação do ambiente natural começa a perder os limites do sentido comum. Com todo o amor que possam ter pelos índios, alguns antropólogos e missionários se encontram, na mesma esquina da insensatez, com aqueles que pretendem extinguir, a chumbo ou com bacilos, os primitivos habitantes da América. Antropólogos, missionários e grileiros consideram-nos diferentes. Em que, vale a pergunta, se distingue um recém-nascido no fundo das selvas de outro, branco, preto ou amarelo, que nasça em moderno hospital de Tóquio ou de Boston?

Por nascer em uma clareira entre igarapés amazônicos, nenhum homem está, biologicamente, condenado a viver sua vida entre maruins e marimbondos, e a deparar-se com a morte nos primeiros vibrões que subam os rios ou viajem com o vento. A literatura e as situações reais registradas pela Antropologia demonstram que um menino branco que cresça entre os índios e com eles permaneça reagirá de acordo com a comunidade — e os meninos índios que se eduquem em um meio urbano, a que chamamos civilizado, em nada serão diferentes de seus companheiros. Haverá, é certo, e também a Medicina registra tais casos, problemas congênitos, que tornam alguns indivíduos menos aptos ao aprendizado, com mais dificuldades para jogar com a inteligência. Mas tais problemas não preferem as malocas indígenas, como não deixam de atingir as mais assépticas salas de obstetrícia. Viver e morrer são uma só graça e um só mistério, estranha sucessão de imprevistos; mas todos os seres de uma mesma espécie são mais ou menos iguais. E os homens, em sua transcendência, são ainda mais iguais, enquanto corpos, almas e razão. Entre o homem mais bronco e o mais erudito há menos distância do que supõe a presunção de doutos e subdoutos. Um índio que viva no fundo da floresta não conhece menos do que um doutor da velha Sorbonne: conhece, com a mesma densidade, coisas diferentes.

Sabendo-se destinado ao fim, selvagem ou civilizado, o homem quer viver o máximo. Foi essa busca do máximo de vida que o fez enveredar por esta senda aberta no tempo, a que chamamos civilização. Antes que a buscássemos, vivíamos menos, como os índios de hoje vivem menos, ainda que pudéssemos, eventualmente, dispor de mais tempo para a contemplação.

O índio deve ter a liberdade de viver como vivemos, se quiser. Para isso, no entanto, é necessário que ele saiba como vivemos. Demonstra a experiência que, ao conhecer as comodidades da vida urbana, do espelho ao computador, o índio deseja usufruí-las. Por que então iremos negá-las, em nome de sua cultura? Por que lhes recusar o facão e o soro antiofídico? A pólvora e a penicilina?

Em um dos mais concisos e lúcidos estudos so-

bre os índios brasileiros (*Os Índios e o Brasil*), o antropólogo Mércio Pereira Gomes resume em dois parágrafos essa relação entre a seta e o fogueite:

“Diminuir, desmerecer ou mistificar o pensamento indígena foi, durante muito tempo, quase uma necessidade do mundo ocidental, e ainda hoje esse vício nos persegue”.

“De qualquer forma, é provável que os índios admirem a civilização ocidental pelos seus feitos, sua produção material, sua potência e capacidade de expansão. É inteiramente improvável que admirem as desigualdades sociais, a pobreza e a miséria de muitos, a violência explosiva, o disciplinamento excessivo das crianças, a falta de generosidade, o egoísmo desenfreado, o desrespeito à natureza.”

Não é a máquina que os espanta. Eles, no fundo, a desejam. O que os espanta é o coração do civilizado. Os milênios que separam a sua sociedade da nossa sociedade não podem ser transpostos em um dia e alguns passos, mas podemos localizar área de encontro no qual possamos enriquecê-los com o que sabemos, e enriquecer-nos com aquilo que sabem e sentem, talvez mais com o que sentem do que com o que sabem. Para isso, no entanto, temos que vê-los em sua plena humanidade, isto é, em sua plena igualdade. Se formos capazes de assim enxergá-los em sua inteira dignidade, assim como eles se enxergam, retornaremos àquele ponto do passado em que perdemos a trilha do irmão e encontramos os rastros do inimigo.

Esse reencontro necessário com o melhor de nosso passado, que os índios conservam, não pode servir, como vem servindo, aos piores propósitos. Em nome do respeito aos índios, que eles nem sequer conhecem, europeus e norte-americanos ameaçam desrespeitar a nossa soberania. Volta-se a falar, e a falar abertamente, na criação de Estados independentes nas fronteiras setentrionais do Brasil. Nesses Estados, pregam missionários e professores de Antropologia, os índios seriam soberanos. Soberanos, mas sob a sua proteção, é claro.

Só os inocentes, índios ou não, podem acreditar que tais senhores estejam pensando realmente na preservação daquelas comunidades, no sangue e na cultura. O que eles pretendem é guardar, para seu uso futuro, o que está debaixo da terra e sobre a terra.

Com todos os erros que cometemos, há ainda tempo para dar aos índios instrumentos técnicos que os libertem das condições penosas, sem lhes tirar a fraternidade, que é a argamassa de sua cultura. Isso é dever nosso, de brasileiros, muitos dos quais portadores de sangue caeté e tamoio. Os outros que cuidem de suas próprias minorias étnicas.